

Viagem decisiva

A troca de comando na economia precede, em um mês, a visita que o presidente Collor fará à Casa Branca, a convite do presidente Bush. Não há casualidade nisso. Os dois episódios se entrelaçam. Essa visita está sendo vista, nos meios diplomáticos, como fundamental para marcar a reinserção do Brasil no sistema financeiro internacional — e, por extensão, na chamada rota dos capitais. A nomeação de Marcílio Marques Moreira é a chave desse processo, dado o conceito de que desfruta junto aos credores.

De seu privilegiado posto de observação, o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, não tem dúvidas: o principal obstáculo a que o Brasil readquire respeitabilidade externa é sua inadimplência financeira. A retomada do pagamento dos serviços da dívida é premissa básica para qualquer conversa séria com os investidores. Insistir na inadimplência é insistir no isolamento. Pior: no isolamento injurioso.

A inadimplência põe em jogo poderosa arma dos credores, cuja ação corrosiva tem se mostrado superior à capacidade reativa da diplomacia: o lobby. Ele se manifesta através dos meios de comunicação, numa ação constante e sofisticada, capaz de erguer ou demolir, em curto prazo, as mais sólidas reputações. O Brasil tem sido alvo sistemático desses grupos. No espaço de poucos anos — mais precisamente, a partir de sua inadimplência —, deixou de ser, diante da opinião pública mundial, o simpático "País do futuro", para tornar-se, entre outras coisas, caloteiro e delinquente ecológico, assassino de índios e de menores abandonados. É evidente que a conjuntura recessiva,

com seu cortejo de dramas e dificuldades, facilita a ação desses lobbies, que agem também internamente. Mas é óbvio que há exageros e manipulações, que realimentam a fervura psicossocial da crise.

Essas circunstâncias, que a diplomacia diagnóstica mas não pode neutralizar, vêm colocando o Brasil na contramão do capital. E, sem ele, como retomar internamente o desenvolvimento e promover as reformas estruturais indispensáveis? O País tentou saídas diversas para a dívida. Esperneou o quanto pôde. Cogitou, inclusive, ao tempo do ministro Funaro, de articular um cartel de devedores. Não teve êxito. Os países potencialmente aliados acabaram se entendendo separadamente com o FMI — México e Venezuela, por exemplo. O governo Collor jamais quis afrontar o sistema financeiro internacional. Muito ao contrário, o reverencia. Os choques internos já operados obedeceram a recomendações externas, aí incluída a presente troca de ministros. As negociações iniciadas por Zélia terão desfecho rápido com Marcílio e serão celebradas no encontro entre Bush e Collor. Encontro que, repita-se, foi solicitado por Bush, no auge de seu prestígio de vitorioso no Iraque.

Tudo isso, na verdade, compõe um quadro mais amplo: a geopolítica norte-americana pós-guerra fria. No caso brasileiro, a dívida é questão vital, mas não única. Há a ecologia, a Amazônia (o maior banco genético do planeta) e até mesmo o restabelecimento de um acordo militar. Uma pauta densa e delicada, como se vê. E que prenuncia mudanças consideráveis, aguardadas com cautela.